

O difícil exercício da liderança partilhada

Publicação: [O Mundo em Português Nº56](#)

Data de Publicação: Setembro/Outubro de 2004

Autor: Pedro Courela

A função de «orientação política» que os Tratados atribuem ao Presidente da Comissão Europeia é suficientemente vaga para permitir diferentes leituras daquilo que significa. O contraste entre as posturas dos antecessores de Durão Barroso são bem exemplo de como o titular do cargo define, em larga medida, o perfil do seu mandato. Embora a Comissão Europeia seja referida como o «executivo europeu», a comparação do Presidente da Comissão a um primeiro-ministro é algo exagerada, uma vez que o seu poder de liderança sobre o colégio de comissários é bem mais limitado e necessariamente partilhado. Há essencialmente três factores que vale a pena tomar em consideração na análise da influência que o Presidente pode, potencialmente, imprimir ao processo de integração. Em primeiro lugar, a capacidade de trabalhar e encontrar compromissos com os Estados membros representados no Conselho e com o Parlamento Europeu. Essa capacidade é testada desde logo na votação a que é sujeito no Parlamento e na selecção dos restantes comissários. O Presidente é responsável pela atribuição de pelouros e pode exigir a demissão de outros membros do colégio. Mas estas funções têm de ser exercidas em estreita coordenação com os governos que, sobretudo no caso dos Estados grandes, pretendem determinadas pastas para os «seus» comissários.

Depois, ao longo do mandato, é fundamental que o Presidente da Comissão entenda que a dispersão de focos de poder na União Europeia requer uma partilha de liderança, onde a Comissão por vezes antecipa, outras vezes traduz as prioridades dos Estados membros nas iniciativas que submete ao Conselho. Num braço de ferro com o Conselho sobre o sentido da integração, a Comissão sairá sempre perdedora. Segundo, a gestão interna do colégio de comissários, que com a futura Comissão atingirá o número recorde de vinte cinco membros. Apesar dos Tratados permitirem a tomada de decisões por maioria, a verdade é que os comissários tendem a aprovar as medidas mais relevantes por consenso e a responsabilidade pertence ao colectivo. Nas questões que mais dividem os comissários, o Presidente é obrigado a assumir uma posição de primus inter pares. A tarefa de assegurar a coerência entre as diversas áreas de acção e manter

uma imagem de unidade de um executivo cujos membros não possuem à partida qualquer afinidade é particularmente difícil com um número tão elevado de membros.

Finalmente, a Constituição Europeia (que, em princípio, entrará em vigor durante o mandato da nova Comissão) cria novas figuras institucionais que de alguma forma obrigam a rever o papel do Presidente da Comissão. O ministro dos Negócios Estrangeiros da União será um dos vice-presidentes da Comissão mas presidirá também ao Conselho dos Negócios Estrangeiros. Será esta dupla legitimidade compatível com aquilo que é a hierarquia tradicional da Comissão? Por outro lado, o futuro Presidente do Conselho Europeu, eleito por um período renovável de dois anos e meio, terá responsabilidades de representação externa da União e de garantir a continuidade nos trabalhos do Conselho Europeu. Até agora, a «face» da continuidade da União era apenas a do Presidente da Comissão, que contrastava com a rotatividade das presidências semestrais. Haverá forma de acomodar novos e velhos protagonistas ou a fotografia é demasiado pequena para tantas figuras? Só a prática e a habilidade dos detentores dos lugares de topo poderão responder a esta questão.